

# Telejornalismo: câmera oculta e outros dilemas éticos

## RESUMO

O presente artigo reflete sobre os (des)caminhos que tem tomado o telejornalismo brasileiro com o uso das chamadas câmeras ocultas. Aparato tecnológico utilizado para obter, sem que os entrevistados saibam, imagens e informações que serão transmitidas pelas emissoras de televisão para milhões de pessoas. Um recurso que põe em risco tanto o profissional quanto a Ética jornalística e que deixa em segundo plano outras técnicas de apuração tão preciosas ao exercício da profissão de informar.

## PALAVRAS-CHAVE

- telejornalismo
- ética jornalística
- câmeras ocultas

## ABSTRACT

*The present article reflects the sinuous way that the telejournalism has taken with the use of hidden cameras. Technology features are used to get, without the interviewed knowledge, images and information that will be transmitted by broadcasters to millions of people. This feature put at risk the professional and the journalistic ethics and leaves behind other techniques of investigation, so precious to the exercise of the informative profession.*

## KEY WORDS

- telejournalism
- hidden cameras
- journalistic ethics

**Cristiane Finger**  
PUCRS

**A**conteceu em 02 de junho de 2002, passados mais de cinco anos, a polêmica da câmera escondida no telejornalismo brasileiro não foi vencida, mas esquecida. Tim Lopes foi a primeira vítima, mas a maior delas ainda continua sendo o jornalismo investigativo. O profissional da Rede Globo, vencedor do primeiro Prêmio Esso de telejornalismo, perdeu a vida ao entrar numa favela carioca com uma microcâmera para registrar imagens de uma denúncia sobre exploração sexual de crianças e adolescentes em bailes funk. Conforme Antônio Brasil:

Câmeras ocultas matam jornalistas e a Ética profissional. Sempre fui contra. Considero uma prática jornalística polêmica e perigosa, tanto para a segurança dos nossos colegas quanto para a Ética da profissão (2002, p. 31).

Mas como fomos parar nesta encruzilhada Ética? O nosso modelo de telejornalismo tem como ancestral o formato norte-americano, com o que há de bom ou de ruim nisso. Porém, a adaptação, em alguns aspectos, ficou no arremedo. No Brasil, a função de repórter é a mais importante, enquanto na TV americana é o produtor. E a razão é muito simples. Em todo o mundo, jornalistas de televisão são conhecidos e reconhecidos. Tornam-se “celebridades”. Por isso, este profissional não pode passar despercebido. Não, depois de invadir os lares dos telespectadores, todas os dias.

Aqui, este fenômeno de *glamourização* toma ainda maiores proporções. De acordo com os últimos dados do IBGE, o número de aparelhos de televisão já ultrapassou, inclusive, o número de aparelhos de rádio nas residências de milhões de brasileiros. Dificilmente um repórter que aparece todos os dias no vídeo deixaria de ser reconhecido como tal. Neste caso só resta “clamufar-se”, se fazer passar por outro e esconder a microcâmera para gravar imagens impactantes e que sempre vão parecer suspeitas.

A alternativa é utilizar a produção que pode apurar sem necessidade destas estratégias. Nos Estados Unidos é a “retaguarda” quem se encarrega de conversar com as fontes, elaborar a pesquisa, buscar documentos, fazer entrevistas. Depois de terminada a investigação, as autoridades são acionadas e só então o repórter de televisão busca confrontar os denunciados com um verdadeiro *dossiê* e a câmera ligada, é claro. Concedendo-lhes a oportunidade do contraditório. O jornalismo exercido na TV americana está longe de ser perfeito, mas nesta questão específica é bem mais cuidadoso. Em alguns estados da federação, o uso da câmera oculta é proibido por lei.

Nas nossas redações, a produção ainda é uma atividade considerada menor. Frequentemente executa-

da por alunos-estagiários ou recém-formados, com remuneração aviltante. Deveriam ser apuradores experientes e não passam de agendadores de entrevistas, nos primeiros passos do fazer jornalismo. Não saem das redações, fazem apenas a chamada “rádio-escuta”, monitoram sites de notícias e atendem telefonemas de telespectadores. No máximo, são assistentes de produção, onde não há uma equipe titular de produção.

E esta é apenas uma das razões pelas quais o jornalismo investigativo ainda é tão incipiente na televisão brasileira. Vinte anos de ditadura militar, principalmente neste veículo, deixaram suas cicatrizes. Afinal, foi neste regime que as emissoras organizaram-se como redes, num sistema de telecomunicações que ofereceu a infra-estrutura para que os sinais chegassem a todo o território nacional, primeiro através de microondas e depois pelos satélites. Um país integrado via Embratel. O primeiro passo para estabelecer a relação promíscua entre o poder e a mídia, entre governos e televisão, e por consequência, um jornalismo amordaçado e oficialista. De acordo com Bucci:

O problema, aliás, é bem este: o modelo de TV inventado na ditadura sobreviveu à ditadura. Sobrevivendo, em lugar de resistir, como velharia, rearranjou-se como poder ainda maior (1996, p.20).

### **A antiga e boa forma de fazer jornalismo**

Então, seria possível concluir que não há jornalismo investigativo na televisão, mas esta não é a realidade. Afinal, já existiam denúncias na “telinha” antes da invenção da microcâmera. E a velha e boa prática ainda pode ser exercitada: muita atenção no que acontece no mundo, fora das redações, nos pequenos detalhes do dia a dia; no que informam os telespectadores que entram em contato com a emissora; cultivando fontes; realizando um longo e exaustivo trabalho de pesquisa; burlando a burocracia, que não libera dados oficiais, mesmo quando deveriam ser públicos; conversando com todos os envolvidos direta ou indiretamente em um fato; ouvindo mais do que apenas os “famosos dois lados da notícia”. Tarefas nem sempre fáceis, agradáveis, *glamourosas* ou efetivas em resultados. É preciso apostar, em médio e longo prazos, investir menos em tecnologia e mais em tempo e paciência. Procedimentos, que na maioria das vezes, não agradam chefias, não estão de acordo com as estruturas de equipamento e pessoal, cada vez mais exíguos; e que não respondem a urgência de audiência e de lucro dos grupos detentores das concessões. Mas quando as etapas são cumpridas, as câmeras ocultas tornam-se totalmente dispensáveis.

Seria possível argumentar que estes são os passos para toda e qualquer reportagem, o que está absolutamente correto. Mas se tudo isso é essencial para as

reportagens factuais, é mais importante ainda para as especiais, as denúncias, as que pretendem atender ao interesse público, mesmo que acima das garantias dos direitos individuais.

Um jornalista não pode denunciar uma situação de corrupção só porque lhe parece que seja ou porque alguém o sugeriu. Antes disso, deverá ter em mãos o máximo de provas documentais que qualifiquem essa situação. (LOPES, 2003, p.23)

Ao contrário, o que se vê na maioria dos telejornais, são reportagens realizadas num curto período de tempo. Com um pequeno número de fontes e muitas vezes duvidosas, comprometidas pelos mais variados interesses, intrigas entre desafetos. Nenhuma ou quase nenhuma pesquisa que resulte em documentação. Na falta de um trabalho exaustivo, aparecem os atalhos, e como são difíceis de resistir. Se o telejornalismo fala mais aos sentimentos do que a razão, se é um discurso que enche os olhos com imagens, é neste envolvimento que surgem os problemas éticos e deontológicos:

Não lembro jamais de ter lido na imprensa um código de conduta para a utilização de câmeras ocultas. Se existe dentro das TVs brasileiras, deve ser secreto e restrito aos diretores. Tenho certeza, sim, de que hoje, mais do que nunca, o interesse público se confunde com o furo de reportagem, que se traduz em busca constante de índices de audiência. Será que o telejornalismo estaria disposto a tudo para não sofrer o vexame de perder outras guerras de audiência nas noites de domingo? (BRASIL, 2002, p.37).

É neste cenário que a câmera oculta se insere. Um aparato tecnológico usado como “muleta”, pequenos instrumentos com poderosos recursos, que se voltam para retratar, na maioria das vezes, delitos banais, consequências, quando deveriam revelar causas. É a atividade do pequeno traficante na boca de fumo; o contrabandista que vira vendedor ambulante ao ultrapassar a fronteira; o funcionário público do balcão que recebe propina; ou quem sabe, o vereador semi-analfabeto, do município mais distante, que utiliza verba pública como se privada fosse. Improvável é flagrar nas imagens: o comando do tráfico internacional; a cúpula do crime organizado que se dedica ao contrabando de armamento pesado; o primeiro escalão dos governos, dos parlamentos ou do poder judiciário em atitudes suspeitas.

Nas raras vezes em que isso acontece, estamos frente a uma outra prática duvidosa, quando a autoridade policial é quem faz o trabalho. Mais câmeras escondidas, escutas clandestinas, nem sempre com autorização judicial, verdadeiras armadilhas. O resultado são reportagens de impacto, e nenhuma pro-

va consistente para os tribunais. Nas manchetes: “acesso exclusivo as imagens” produzidas pelos agentes da polícia federal, promotores do ministério público e assim por diante. Mas o que leva um funcionário público a “ceder” o fruto de uma investigação para um determinado repórter ou emissora? Será que alguém prometeu algo, ficou devendo algo, pagou algo? Como foi divulgado o documento sigiloso ou a fita com imagens do momento de uma transação? Práticas que também não resultam em corrupção? Não sejamos ingênuos.

Por outro lado, há quem defenda que determinadas denúncias só podem ser divulgadas quando assumidas pelas autoridades, geralmente promotores de justiça, mas no caso desta instituição ser alvo de suspeitas, a quem recorrer? A relação com as fontes é sem dúvida uma das mais delicadas dentro do jornalismo. Deve ser baseada na confiança, não no comprometimento ou na dependência subserviente.

### Outros pequenos pecados

E como o crime, às vezes, compensa, e uma coisa leva a outra, há também o tipo de reportagem em que para comprovar um delito, o jornalista faz algo ilegal. Comprando produtos falsificados, drogas, armas, atravessando fronteiras irregularmente e fazendo entrevistas “exclusivas” com bandidos, que depois continuam foragidos, colocando em risco a população, e claro, a justificativa sempre é o interesse público. Para mostrar que a lei não está sendo cumprida seria aceitável, ou até imprescindível, trabalhar a margem da lei.

Mas, voltando à questão da câmera oculta, é preciso lembrar que mesmo com pequenos aparatos para gravar imagens, na maioria das vezes, o jornalista precisa ainda se fazer passar por outro. Falsa identidade é crime previsto no artigo 307 do Código Penal brasileiro. Um delito tão usual e corriqueiro que nem é considerado como tal e perfeitamente justificável.

A infiltração do próprio jornalista no centro em que se quer investigar é uma técnica muito efetiva, porém altamente perigosa. Presente em países com tradição na prática deste tipo de jornalismo, é uma técnica utilizada com enorme moderação (RODRIGUEZ, 1994, p.135).

Mas será que os entrevistados não têm o direito de saber com quem estão falando? Jornalista ou agente infiltrado, o limite é muito tênue. O caso de Tim Lopes é o exemplo de que, além de discutível, a estratégia é sempre um risco difícil de ser calculado. São grandes as possibilidades de o “contador de histórias” transformar-se em personagem principal delas. Levando as últimas conseqüências, esta prática seria como admitir que para relatar a miséria o jornalista deveria viver, mesmo que provisoriamente, como um morador de rua; ou para falar sobre o

tratamento de uma doença seria necessário travestir-se de paciente, ou até desenvolver a doença. Guardadas as devidas proporções, se fazer passar por usuário de drogas, ou comprar um documento falsificado é transformar-se em cúmplice, mesmo que por uma determinada causa e num curto período de tempo. Para quem pretende apurar a verdade, mentir não poderia ser uma alternativa.

Parece claro que os artifícios usados em uma reportagem, como fraude, mentira e tantas outras armadilhas acabam por privilegiar os jornalistas, com uma espécie de salvo conduto que nenhuma outra categoria profissional tem, nem mesmo as autoridades. E o resultado do que for apurado desta forma, mais tarde, vai ser fatalmente rejeitado como prova pela justiça. Também é preciso lembrar que como cidadão o jornalista tem o dever de tentar evitar que um crime aconteça ou pelo menos delatar a polícia no caso de ser testemunha de algo ilícito. Se hoje a polícia e a justiça têm lá suas mazelas e efetivamente podem pouco, não seria melhor dedicar-se a mostrar exatamente estas dificuldades, para que então, a mídia não precise ocupar espaços de outras instituições.

Tudo o que foi relatado até agora é apenas o aspecto mais visível de uma discussão ética no jornalismo de televisão que ainda não foi feita seriamente. Por exemplo, o uso indiscriminado de imagens de arquivo, sem a devida identificação, tem passado ao largo das redações e até mesmo dos debates acadêmicos. Ou quando são criadas situações que rendem boas imagens, mas que não correspondem a realidade. Pequenas, mas freqüentes interferências do repórter, do cinegrafista, ou simplesmente da presença da câmera. É quando numa manifestação pública, os integrantes passam a gritar palavras de ordem, apenas porque chegaram as equipes de televisão. Ou ainda, quando o repórter pede ao entrevistado que execute tarefas que não lhe são comuns, mas rendem boas imagens. E no caso de um atraso dos profissionais destacados para uma determinada cobertura, quantas e quantas vezes é preciso repetir uma cena, que já havia ocorrido. Técnicas da ficção adotadas pelo telejornalismo, numa fronteira cada vez mais difícil de ser estabelecida?

Seria necessário discutir os critérios de edição, que impõem vinte segundos para o entrevistado e um minuto e meio para explicar a mais complexa das notícias. A desculpa é sempre a falta de tempo. O mesmo ocupado com reportagens sobre nascimento de bichinhos no zoológico: dois minutos; os novos produtos de um *pet shop*: um minuto e quarenta segundos; ou o encontro entre parentes que passaram a vida longe um do outro por qualquer motivo: dois minutos e meio, com direito ao trabalho de duas equipes de reportagem em estados distintos do país. São informações curiosas, inocentes? Não, são muito importantes, porque ocupam o espaço daquela notícia sobre política que poderia ser

contextualizada; ou porque estão no lugar das histórias que não são possíveis de contar porque tratam de conflito de interesses, os mais variados interesses.

Se as notícias mais sérias incomodam, passamos a oferecer um mundo mais aceitável, ainda que menos ‘real’ e mais próximo da ficção (BRASIL, 2002, p.317).

É preciso discutir o papel de mediação da imprensa e de mediadores em debates televisivos. Onde os jornalistas transformam-se em “cronômetros”. E ficam apenas vigiando o uso igualitário do tempo nos programas. Vinte segundos para um, vinte segundos para o outro; réplica e tréplica. Neste rigor de tempo estaria a tão propalada isenção. Quando o correto seria compensar as falas pelos conteúdos, equilibrando forças. Uma vez que as pessoas têm necessidades diferentes para se expressar e serem compreendidas. Entrevistadores gostam mesmo é de frases prontas e os entrevistados são induzidos a falar o necessário para causar efeito e construir uma “história”. Os prolixos que perdoem, mas objetividade é fundamental, para quem não sabe ficar ao lado... do público.

Discutir porque empresas e produtos muitas vezes não são identificados, tanto em notícias positivas como negativas. É como dizer ao telespectador que uma pasta de dente está contaminada e não dizer qual delas, condenando todos os consumidores a não escovar os dentes. Tudo porque parece ético não identificar, antes do término dos testes ou das investigações. Por outro lado, não revelar aspectos positivos quando uma organização, por exemplo, cumpre com a chamada responsabilidade social, seria propaganda, ou seria um incentivo para que outros seguissem a mesma linha? Jornalista não pode brigar com a notícia, nem deve ser paternalista com o público. Se por um lado não é preciso chocar a audiência, por outro, também não é preciso poupá-la, basta respeitar e dar informações precisas que serão usadas para formar opinião.

### Considerações finais

O bem comum e o interesse público podem também ser só desculpas para a nossa falta de coragem em admitir que o telejornalismo ao apostar toda sua força nas imagens, esqueceu de fazer o básico que é jornalismo, reportagens. Na incapacidade de medir, contar, orientar, transformar telespectadores em cidadãos melhores, mais informados e conscientes de direitos e deveres, donos das suas opiniões, ficamos presos. Impossíveis de asas ou escondidos nas redações, guardados por departamentos jurídicos, que devem evitar a qualquer custo os processos. Por isso, precisamos de câmeras escondidas, de escutas clandestinas, se fazer passar por outros, de armadilhas, porque não apostamos na credibilidade. Não acreditamos em nós mesmos, a não ser que tenha-

mos as imagens para comprovar. Esquecemos outras ferramentas disponíveis, pelas quais lutamos muito: o direito a informação, o direito a informar, a pluralidade das fontes, a pesquisa de documentos públicos, sigilo e preservação da fonte e a exceção da verdade, que uma vez comprovada nos inocenta e redime... ■FAMECOS

### REFERÊNCIAS

- BLAZQUEZ, Niceto. *Ética e meios de comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1999.
- BRASIL, Antônio Cláudio. *Telejornalismo, Internet e guerrilha tecnológica*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2002.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 1996.
- . *Sobre Ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CASHMORE, Ellis. *E a televisão se fez*. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- KARAM, Francisco José. *Jornalismo, Ética e liberdade*. São Paulo: Summus Editorial, 1997.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (orgs). *Jornalismo Investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- REZENDE, Guilherme Jorge. *Telejornalismo no Brasil – Um perfil editorial*. São Paulo: Summus Editorial, 2000.
- RODRIGUEZ, Pepe. *Periodismo de investigacion: Técnicas Y estrategias*. Buenos Aires: Paidós Ibérica, 1994.
- TRIVINHO, Eugênio. *Contra a câmera escondida – estruturas da violência soft*. São Paulo: Editor Autor, 1997.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público – Uma teoria crítica da televisão*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- YORKE, Ivor. *Jornalismo diante das câmeras*. São Paulo: Summus, 1998.